

Memória Progestão nº 10/2017/COAPP/SAS

Documento nº 00000.011555/2017-33

Em 2 de março de 2017.

| | |
|---|----------------------------------|
| Assunto: 6ª Oficina de Acompanhamento e Planejamento do Progestão - Mato Grosso do Sul | |
| Nº do Processo Progestão: 02501.000943/2013-40 | |
| Evento: <input checked="" type="checkbox"/> Oficina de acompanhamento <input type="checkbox"/> Reunião <input type="checkbox"/> Videoconferência | |
| Local: Sede do IMASUL | Cidade: Campo Grande - MS |
| Data: 01/02/2017 | |
| Instituições participantes: IMASUL e ANA | |

Relato

1. A 6ª Oficina de acompanhamento e planejamento do Progestão aconteceu na sede do IMASUL, em Campo Grande. Foram avaliados o estágio do cumprimento das metas do programa e as necessidades para a melhoria da gestão dos recursos hídricos no estado do Mato Grosso do Sul.
2. Com relação às metas de cooperação federativa, destacam-se as seguintes observações:
 - **Meta I.1 – Integração das bases cadastrais:** desde o início da implementação da outorga no estado, em 2015, foram emitidas 293 portarias, somente em 2016, contando o tamponamento de poços (24). Foram validados 281 usos insignificantes. O IMASUL possui um sistema próprio de cadastro e de outorgas, optando por integrar os dados com o CNARH através de upload de planilha eletrônica. Mudanças constantes de formatação nos dados pela ANA prejudicam a exportação dos mesmos para o CNARH. Os técnicos do IMASUL sugerem que a ANA avise com antecedência as mudanças para que o estado possa se preparar, com no mínimo 6 meses e, caso haja alguma mudança neste intervalo, não exigir do estado a adaptação. Durante o procedimento de upload, encontraram problemas de aproximação dos dados (caso dos volumes das barragens pequenas) e com a irrigação zero (na correção manual) em alguns meses e horas quebradas, pois na tabela de exportação só aceita números inteiros.
 - **Meta I.2 – Compartilhamento de informações sobre águas subterrâneas** em 2017 serão exportados todos os dados de águas subterrâneas para o CNARH junto com a meta I.1. Com relação ao ano de 2016, os dados estão sendo complementados manualmente no CNARH.
 - **Meta I.3 – Contribuição para a difusão do conhecimento** segundo informado, os dados foram

- enviados no formato e prazos solicitados.
- **Meta I.4 – Prevenção de eventos hidrológicos críticos** a planilha do Gestor PCD da ANA indica que o estado vem realizando as manutenções corretivas de maneira adequada e eficiente, pois a média da transmissão das 12 estações telemétricas em 2017 supera os 80% da meta. Há, no entanto, a necessidade de mais sensores de reserva, além da necessidade de atualização do Atlas de Vulnerabilidade às inundações, pois o estado vem detectando eventos críticos em locais onde antes não acontecia.
 - **Meta I.5 – Atuação para segurança de barragens:** o regulamento dos artigos 8º e 9º da PNSB foi publicada ao final de 2016. Dos 380 cadastros enviados, 120 barragens foram classificadas quanto ao risco e ao dano potencial. Foram enviados ofícios aos empreendedores solicitando informações para a classificação e utilizado a metodologia simplificada da ANA para classificar quanto ao dano potencial associado à ruptura. O foco dos técnicos foi na classificação das barragens já cadastradas.
3. Com relação às metas de gerenciamento de recursos hídricos em âmbito estadual, destacam-se:
- **Grupo das variáveis legais, institucionais e de articulação social** destaca-se, primeiramente, com relação à estrutura organizacional, que não há perspectiva de realização de concursos público para implementar a equipe do IMASUL para a gestão dos recursos hídricos. A solução temporária adotada pelo estado é a contratação de bolsistas, atualmente em número de 18, contratados com recursos do Progestão. Essa situação temporária, entretanto, não pode perdurar por muito tempo, havendo a necessidade de realizar o concurso, uma vez que a demanda de trabalho de apoio aos Comitês, emissão de outorgas, monitoramento e planejamento vem aumentando consideravelmente. Com relação ao arcabouço legal, ressalta-se que o estado avançou muito no ano de 2016, regulamentando vários aspectos da política de recursos hídricos, destacando-se a área de segurança de barragem e usos insignificantes de águas subterrâneas. Apesar dos avanços, observa-se que a metodologia do Progestão não permite demonstrá-los, uma vez que o nível 3, se refere a um arcabouço completo, com política estadual de recursos hídricos estabelecida por Lei, bem como todos os regulamentos e normativos complementares necessários. O estado não se encontra mais no nível 2, que é o arcabouço básico, mas também não se encontra no nível 3. Essa mesma dificuldade foi identificada em outras variáveis avaliadas. O CERH se reúne ordinariamente 3 vezes por ano e vem atuando adequadamente. Existem três Comitês de Bacia Hidrográfica instalados no estado contemplando 4 sub-bacias (Miranda, Ivinhema e Santana/Aporé), sendo que o CBH Santana Aporé foi instalado em 2016 e faz parte da bacia hidrográfica do rio Paranaíba. O estado já aderiu ao PROCOMITÉ. Houve um avanço na variável 1.10, referente à articulação com os setores usuários, pois os técnicos do IMASUL verificaram que, além da articulação realizada no âmbito do CERH, estão sendo realizados ciclos de palestras e reuniões com os setores agropecuário, industrial, de saneamento e de silvicultura.
 - **Grupo das variáveis de planejamento** há um conhecimento adequado das disponibilidades hídricas superficiais e subterrâneas no estado, mas ainda faltam estudos mais aprofundados sobre as disponibilidades de águas subterrâneas. Em 2016, os técnicos do IMASUL determinaram as disponibilidades hídricas superficiais por geoprocessamento utilizando a técnica de *krigagem* e essa metodologia já está incorporada no sistema de outorgas. O planejamento estratégico já foi realizado no IMASUL, mas falta a sua implementação. Com relação ao Plano Estadual de Recursos Hídricos, concluído em 2008, os técnicos apontaram a necessidade de sua atualização e já enviaram solicitação à ANA e à SRHU, mas ainda não foram contemplados. Avanços foram identificados nas variáveis 2.5 (Planos de Bacia) e 2.8 (Modelos e sistemas de suporte à decisão). Com relação aos Planos de Bacia, destaca-se que a maioria dos CBHs instalados já possuem seus planos, ou seja, dos três CBHs, dois já possuem planos (Ivinhema e Miranda) e em um deles, o Santana-Aporé, a equipe do IMASUL fará a sugestão de realizar um recorte do Plano do Paranaíba, recém realizado, poupando recursos e agilizando a implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos. Com relação aos CBHs Miranda e Ivinhema, o IMASUL pretende focar esforços na implementação dos planos. Já com relação aos modelos e sistemas de suporte à decisão, destacam-se avanços no módulo de outorga (entrou em operação em dezembro/2015) que está totalmente operacional e em funcionamento adequado. Neste módulo foram implementados os sistemas de avaliação qualitativa e quantitativa das águas superficiais e subterrâneas.
 - **Grupo de variáveis de informação e suporte** nesse grupo verificaram-se avanços nas variáveis 3.4 (Monitoramento da qualidade da água) e 3.5 (Sistemas de informações). No caso do monitoramento da qualidade da água o estado passou a monitorar pelo menos 50% dos pontos previstos na RNQA quando aderiu ao Qualiágua. Já no caso do sistema de informações, verifica-se que o estado, além de ter um banco de dados de recursos hídricos, possui ferramental computacional para acessá-los e gerar informações utilizadas em seus processos internos de regulação e gerenciais. Destaca-se também que o estado possui um cadastro de usuários e de infraestrutura hídrica com mais de 7.000 cadastros e que, com relação ao aspecto de pesquisa e tecnologia, o IMASUL vem realizando articulação com a UFMS para integrar a rede de universidades do PROFÍAGUA, coordenado pela ANA.

- **Grupo de variáveis operacionais** o principal destaque neste grupo é a outorga de direito de uso dos recursos hídricos. No início do programa o estado ainda não possuía a outorga regulamentada, apesar de prevista em Lei. Sendo essa uma meta estadual de atendimento obrigatório no Progestão, o IMASUL envidou esforços para implantá-la e, entre 2015 e 2016, já foram emitidas 293 outorgas e incluídas 24 desativações de poços artesianos, além de várias resoluções e manuais publicados, relacionados aos procedimentos de outorga e ao sistema de suporte à decisão para os técnicos analisarem os pedidos de outorga, o que tem agilizado bastante os procedimentos. Com relação à fiscalização, existe um passivo em relação aos usos de recursos hídricos cadastrados no sistema que precisa ser solucionado uma vez que vem crescendo a demanda pela outorga no estado. A partir de 2017 o IMASUL iniciará a fiscalização dos usuários outorgados. Com relação ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos, destaca-se que existe uma proposta de regulamentação, feita pelo IMASUL, atualmente na Procuradoria do Estado para avaliação.
4. Todas as anotações sobre o acompanhamento das variáveis estão registradas em planilha eletrônica anexa a essa memória, bem como a lista de presença e a programação da oficina.

Principais encaminhamentos ou providências a serem tomadas

5. Com relação às metas de cooperação federativa vale destacar que o IMASUL irá, em 2017, exportar os dados de águas subterrâneas através do upload de planilha no CNARH, em conjunto com os outros dados de usuários regularizados.
6. Quanto às metas de gerenciamento de recursos hídricos em âmbito estadual, vale destacar que o IMASUL pretende buscar fonte de financiamento para realizar a revisão do Plano Estadual de Recursos Hídricos. Em relação aos Planos de Bacia, irá propor ao CBH Santana-Aporé a utilização do recorte desta bacia no Plano de Recursos Hídricos do Paranaíba e, com relação aos outros dois Comitês, pretendem agendar reuniões para viabilizar a implementação dos planos de bacia já existentes. Ressalta-se ainda que, para melhorar a atividade de fiscalização dos usos de recursos hídricos, o IMASUL pretende fiscalizar os usos já outorgados.

Conclusões

7. O estado do Mato Grosso do Sul vem se empenhando para cumprir as metas do Progestão, sendo observado grandes avanços na gestão dos recursos hídricos em âmbito estadual.
8. No entanto, é preocupante a falta de pessoal efetivo para a gestão de recursos hídricos, atualmente com uma solução temporária de contratação de bolsistas. É fato que o aprendizado e a capacitação de profissionais é um resultado importante, mas é fundamental que os agentes políticos reconheçam a importância da gestão dos recursos hídricos no estado, principalmente considerando que o uso de técnicas de irrigação na agricultura local vem aumentando e que já se percebe um aumento da frequência de eventos hidrológicos extremos, que podem comprometer a disponibilidade hídrica no estado.
9. Sem dúvida, a contratação de pessoal qualificado efetivo para exercer as funções de gestão e regulação dos recursos hídricos é o principal passo para consolidar o gerenciamento dos recursos hídricos em Mato Grosso do Sul.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
BRANDINA DE AMORIM
Gestora do Contrato nº 089/ANA/2013
Portaria ANA nº 345, de 05 de outubro de 2015

De acordo. À SAS para conhecimento.

(assinado eletronicamente)
LUDMILA ALVES RODRIGUES
Coordenadora de Apoio e Articulação com o Poder Público

Ciente, para anexar ao processo.

(assinado eletronicamente)

HUMBERTO CARDOSO GONÇALVES

Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos